

Mulheres e guerra: análise do conflito armado e violência contra a mulher

Izabel Solyszko

Universidad Externado de Colombia

Boa tarde, agradeço a organização do evento pela possibilidade de realizar uma jornada para pensar os feminismos e a teoria social crítica marxista. Agradeço o convite da Annelise e todo o apoio do Centro em Estudos de Gênero da Universidade de Lausanne para tornar este encontro acadêmico possível.

Existe duas necessidades para introduzir a minha fala: a primeira é reconhecer o luto internacional que vivemos pelas vítimas do coronavírus e o rechaço profundo da necropolítica realizada pelo governo Bolsonaro no Brasil. Que esta indignação e esta luta contra este governo de morte seja escutada e encontre eco internacionalmente. A segunda necessidade que tenho é reconhecer o meu lugar de fala: sou assistente social, latino-americana, professora universitária e venho há alguns anos trabalhando e pesquisando sobre o problema da violência de gênero praticada contra as mulheres, me aproximei de maneira mais intensa a realidade do Brasil, do México e da Colômbia e faço um esforço acadêmico e político para posicionar as minhas análises no campo do feminismo marxista, onde acredito que estejam as possibilidades para a compreensão e a transformação desta realidade.

O caminho que vai percorrer a minha fala neste breve tempo da minha intervenção passa por três pontos: 1. O reconhecimento da violência de gênero contra as mulheres como um problema estrutural agudizado pelo capitalismo patriarcal racista colonial. 2. A importância de analisar o conflito armado na Colômbia como um problema grave produto das agudas desigualdades sociais que marcam este país, como tantos países latino-americanos. 3. A necessidade de construir um feminismo emancipatório.

1. O reconhecimento da violência de gênero contra as mulheres como um problema estrutural agudizado pelo capitalismo patriarcal racista colonial: diversos estudos sobre este tema foram realizados na América Latina nos últimos 40 anos. É possível afirmar que existe uma consolidação dos estudos sobre violência contra as mulheres e sobre os estudos de gênero que pensaram o problema da violência. Contudo, nesta larga trajetória é possível identificar ao menos três tendências:

a. Os estudos que patologizam a violência reconhecendo um perfil de vítima e agressor, que reconhecem um certo tipo de doença social na qual se inscreve o autor da violência e reduz drasticamente o fenômeno a um problema de ordem individual, quase que como resultado da única

vontade do agressor em ser violento e da vítima em aceitar a situação. Nesta perspectiva as respostas ao problema medicalizam a vítima no que aparece como consequência da violência (insônia, recorrentes dores pelo corpo, cansaço extremo, nervosismo entre outros sintomas que são somente a expressão de um grave problema da crônica violência vivida cotidianamente) e de alguma maneira, eximem o agressor já que é visto como um “enfermo”, um homem “sem condições de responder por suas práticas – estratégia utilizada de maneira recorrente pelos advogados de defesa dos autores de feminicídio.

b. Nesta mesma direção existem estudos que singularizam o problema, colocando no campo das relações interpessoais as situações vividas. Aqui é comum a utilização de conceitos como “situação” ou “cenário” de violência, localizando o problema como uma fotografia isolada das outras dimensões da totalidade social. As explicações que singularizam o sujeito em muitas ocasiões se baseiam na teoria de sistemas para falar de um sistema micro e macro social, que termina resumindo todo o fenômeno a dimensão micro e local, nesta explicação se centra a questão do alcoolismo, do estresse, do desemprego e da pobreza como possíveis causas ou fator detonantes da violência, mas que no fundo terminam por explicá-la. Acompanho muitas pesquisas que insistem em falar da resiliência das mulheres que por seus próprios esforços superam a situação de violência, fragmentando completamente uma leitura mais ampla deste fenômeno social.

c. Finalmente, apresento a corrente de análise na qual tento a cada dia me situar, aprendida com pensadoras como Helleieth Saffioti, Suely Almeida e Lilia Pougy, que insistem em um pensamento feminista crítico, na qual a violência de gênero praticada contra as mulheres é um fenômeno social, histórico e contraditoriamente contemporâneo, que se situa no coração da sociedade capitalista, racista colonial e patriarcal. Estruturas estas de opressão e dominação que necessitam da violência contra as mulheres para existir. Se nutrem e se reproduzem a partir do controle sobre a vida e o corpo das mulheres.

Com estas autoras aprendemos que a justificativa da “violenta emoção” não deve ser um atenuante de pena nos casos de feminicídios, tampouco o uso da noção de “crime passionnal” porque os homens agressores não reagem baixo sua emoção irracional senão baseados em uma estrutura social, desigual, que legitima o uso da força e da violência contra as mulheres. Não atuam desesperadamente em nome do amor, mas cometem feminicídios de maneira consciente, premeditada e com a crueldade aprendida na reprodução deste sistema social violento. As causas aparentes do fenômeno (ciúmes, desespero, pobreza, alcoolismo e consumo de drogas) não são mais

do que cortinas de fumaça (nas palavras de Karel Kosik), que se bem integram o fenômeno não o explicam, porque não são elementos que dão conta da essência concreta do problema.

No seu antigo texto *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro*, Helleieth Saffioti (1997) nos ensinava que as relações de gênero são estruturadas por relações de poder, porque estas fazem parte das relações sociais – relações sociais de gênero onde o poder circula e opera via estrutura social em ações concretas e simbólicas. Neste texto caricatural e emblemático, a autora relembra que os seres humanos organizam sua sociedade (ao menos a moderna urbana ocidental) de maneira hierárquica e, portanto, violenta. Nas palavras da autora: “A estrutura da sociedade, formada pelas hierarquias torna cada um e todos os homens potencialmente violentos. A conversão da agressividade em agressão pode ser desencadeadora dos fatos os mais banais e corriqueiros. O sentimento de propriedade que a sociedade alimenta no homem, em relação a sua mulher e a sua família e a impunidade da maioria esmagadora desses criminosos explica amplamente a generalização da violência masculina contra mulheres”.

No âmbito das relações sociais de poder, o pessoal é político. Para seguir com a referencia a Helleieth Saffioti (1999): Não existem duas esferas: uma das relações interpessoais (*relations sociales*) e outra das relações estruturais (*rappports sociaux*) [...] Todas as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais [...] Afirmar que as relações de gênero são relações interpessoais significa singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social”.

“A violência de gênero é inerente ao padrão das organizações sociais de gênero conhecidas, que por sua vez, é tão estrutural quanto a divisão da sociedade em classes sociais [...] as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino [...] a violência de gênero não tem caráter privado, mas público. O fato de ocorrer, via de regra, no interior do domicílio não nega sua natureza pública. Isto não significa identificar público e privado. O que não se pode admitir é pensar estes fenômenos como constituindo esferas distintas. Há atividades públicas e atividades privadas acontecendo simultaneamente em todos os espaços sociais”.

Para finalizar esta compreensão sobre a dimensão estrutural da violência contra as mulheres, Saffioti sempre se referia ao filme “*Lanternas Vermelhas*” (Zhang Yimou, 1991) para mostrar como a figura do homem patriarca não precisa estar presente para que um sistema de dominação e opressão se reproduza. Eu gosto de utilizar como expressão do patriarcado colonial capitalista, o filme “*A garota ocidental*” (Stephan Streker, 2017). Nesta obra, baseada em uma história real, uma jovem

paquistanesa que vive na Bélgica, deseja viver de maneira livre e é fortemente questionada por seu pai, ela encontra diálogo e afeto com seu irmão mais velho. A trama vai mostrando as tensões cada vez mais profundas entre o pai tradicional e a filha em busca de sua liberdade, mas culmina com o assassinato da jovem, praticado não pelo pai, mas pelo irmão, revelando que a honra e a tradição familiar valem mais que a vida das mulheres.

Apesar dos limites da reflexão por pensar em uma sociedade não ocidental e muçulmana, diferente da maioria das sociedades ocidentais católicas ou laicas, a noção do patriarcado aqui fica evidente: não são as relações pessoais e afetivas que direcionam a prática social senão as estruturas sociais mais arraigadas que conformam a violência.

Qual a relação deste primeiro ponto com o conflito armado colombiano e a violência contra as mulheres? Existem diversas mediações para ser construídas.

a. A primeira se refere ao conflito armado colombiano a partir do problema da desigualdade social das terras: o conflito agrário. Entender o contexto neste país implica reconhecer a violenta combinação entre políticas de desenvolvimento econômico e sangue (Dario Fajardo). Isso quer dizer que a guerra não é um fator de limitação para o desenvolvimento, mas inclusive, é um fator para a sua expansão. Teríamos que nos deter mais na questão da terra, do tráfico de drogas e do deslocamento forçado originado pelas grandes empresas multinacionais de petróleo e minério, cujas sedes estão em países europeus e da América do Norte (Estados Unidos e Canadá), mas é suficiente fazer referência ao problema do conflito social e político na Colômbia como um problema estrutural e não de polarização de ideias ou de terroristas que tomaram as armas.

b. A segunda mediação fundamental é reconhecer que as mulheres foram vítimas de violência de maneira desproporcional no conflito armado (Auto 092 de 2008), mas que as violências sofridas na guerra não necessariamente começaram aí senão que tiveram início na infância, na família de origem, tiveram sequência na relação afetiva ou conjugal e culminaram no sofrimento como vítima do conflito armado. Isso não significa de maneira nenhuma, um certo tipo de linearidade sobre a vida das mulheres, mas sim, uma modalidade perversa de múltiplas guerras que são praticadas contra suas vidas e seus corpos ao longo da vida.

Isso significa que as violências praticadas contra as mulheres vítimas do conflito armado na Colômbia devem ser analisadas com base em:

- Uma sociedade patriarcal que utiliza o corpo das mulheres desde sua infância para o desenvolvimento dos mais rígidos estereótipos de gênero que subalternizam, discriminam e vulnerabilizam suas vidas. Além disso, que coloca em oposição as mulheres para que mais que

alianças, se reafirmem em competição e brigas que as separem de qualquer possibilidade de organização coletiva e solidária.

- Uma sociedade capitalista que alcança os seus territórios e lugares de vida, para invadir, saquear e destruir e que obriga seus corpos a realizarem trabalhos escravos, trabalhos domésticos, trabalhos pagados de maneira precária e explorada.

- Uma imbricação entre o patriarcado capitalista que vai encontrar no corpo das mulheres uma arma de guerra para o controle dos territórios, para enviar uma mensagem a todo o grupo, para obrigar as mulheres a manter-se numa linha de comportamento socialmente esperado onde o custo da desobediência é a violência, o estupro como violência brutal de acesso ao seu corpo ou o feminicídio onde a própria vida da mulher é retirada como se fosse uma vida descartável, uma vida que não importa.

Em pesquisa realizada com mulheres deslocadas de maneira forçosa pela guerra se encontrou que várias mulheres haviam se deslocado pela primeira vez fugindo da violência conjugal e não do conflito armado. Nas diversas pesquisas que realizei com mulheres vítimas do conflito armado aqui na Colômbia, encontrei que as formas de violência conjugal são cruéis e destrutivas das suas vidas e dos seus corpos como em outros lugares onde não existe conflito armado. Nessas mesmas pesquisas encontrei que o Estado é negligente, omissivo e também responsável pela violação aos direitos humanos das mulheres. E, de outro lado, que muitas mulheres vítimas de violência de gênero ao longo da vida, que também foram vítimas de violência em um contexto de conflito armado, encontram força de luta, indignação e resistência para se associar e lutar pelos seus direitos.

Finalmente, “nem guerra que nos mate, nem paz que nos oprima” é a luta das mulheres vítimas do conflito armado na Colômbia. Uma reivindicação integral que reconhece que a paz política do país é condição necessária, mas insuficiente para garantir paz para as mulheres. Uma paz com justiça social, com eliminação das desigualdades sociais, uma paz que se constrói com reparação integral as terras e cultivos que foram saqueados da população rural, devolução dos territórios ancestrais dos povos que foram escravizados e reparação para aquelas mulheres que foram exiladas, que foram forçadamente deslocadas e agora vivem na cidade, de estar entre fronteiras, nem rural, nem urbana, mas que necessitam sobreviver a cada dia de maneira digna.

Para o terceiro e último ponto da minha fala queria considerar a importância de não abandonar as mulheres nas suas lutas e reivindicações sem preconceitos que colocam um termómetro sobre quem é feminista ou não. Conheci mulheres que reproduzem o discurso tradicional da família, de alguns papéis de gênero, mas que dia a dia buscam no encontro com outras

mulheres a força coletiva que emana do processo de construção de consciência para si. Mulheres que não encontraram no conceito de feminismo a resposta para suas necessidades, mas que dia após dia buscam autonomia, liberdade e uma vida sem violência para si mesmas e para as mulheres com as quais convivem.

De acordo com Gargallo (2006), as mulheres, partir de um conhecimento científico, histórico e filosófico, recuperaram e tomaram como referência suas experiências. Nesta nova epistemologia o sujeito é central, conhece o mundo e está situado.

Quero considerar a importância de não abandonar o marxismo como teoria social que tem a potencia para fazer a crítica radical do capitalismo, sistema no qual sucumbimos a cada dia, e ainda mais se somos mulheres, e ainda mais se somos mulheres das classes populares, mulheres migrantes, mulheres afrodescendentes, mulheres cujos ancestrros foram escravizados e cujos corpos são vistos como território de conquista e prazer.

Nas palavras de Atilio Borón (2008), a palavra capitalismo foi cuidadosamente desterrada com o óbvio propósito de reforçar a naturalização desse modo de produção [...] o processo de desenvolvimento capitalista com suas lutas, despojos e saqueios que o fazem chegar ao mundo escorrendo sangue e barro por todos os poros, como disse Marx no Capital, é assim sublimado e descontextualizado até chegar a cada uma das formações sociais do planeta.

Conceição Evaristo, importante voz da literatura afro-brasileira, anunciou no seu poema Vozes de mulheres:

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio.

ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade.

Este é o feminismo no qual acredito. Um feminismo marxista que realiza a crítica radical deste sistema de dominação e exploração no qual vivemos. Um feminismo que reconhece que mais do que temas de identidade, estamos ante fatos concretos que nos oprimem e vulneram nossos direitos

humanos, que extinguem nossa possibilidade de viver. Mas sem dúvida, um feminismo que recorre todas as vozes, as trajetórias e as experiências das violências, que são sentidas de maneira singular em cada corpo, e elaboradas em cada pensamento da maneira que é possível.

Me posiciono como professora e pesquisadora, para conhecer e analisar os feminicídios, a atualidade do patriarcado, as permanências da violência conjugal, sem perder a dimensão de um sistema que oprime e mata, sem perder a utopia da voz que se fará eco, vida e liberdade.